

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O PT tem horror aos fatos



Ao lançar suspeitas infundadas sobre a idoneidade do jornalismo profissional, o chefe da Secom, Paulo Pimenta, deixa claro que só está onde está para servir de arauto da mitologia petista

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República, Paulo Pimenta (PT-RS), foi às redes sociais há poucos dias para lançar suspeitas infundadas sobre a idoneidade do jornalismo profissional. O sr. Pimenta não gostou da cobertura da imprensa sobre os novos investimentos anunciados pelo presidente Lula da Silva na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, um dos epitomes da incurrência e da corrupção desbragada que marcaram indelevelmente os governos lulopetistas. Segundo o chefe da Secom, empresas da “grande mídia corporativa” estariam agindo em “sincronia e articulação” – eufemismo nada sutil para conluio – com o objetivo de “blindar o fracasso das privatizações”, seja lá o que isso signifique, e sabotar a “tentativa soberana do Brasil de retomar o controle de sua política energética, em especial na área de petróleo e gás”.

A mitologia petista, deve-se reconhecer, faz um tremendo sucesso nas redes sociais, um ambiente no qual as afinidades tribais valem muito mais

do que a verdade factual. Porém, por mais tentador que seja pregar para convertidos, o ministro Paulo Pimenta poderia ao menos fingir que se comporta com algum grau de espírito público e respeito à institucionalidade no exercício do cargo. Afinal, convém recordar, a comunicação governamental deve se dirigir a todos os cidadãos, e não apenas aos que se ajoelham sob o altar da seita lulopetista. Ademais, no rol de competências da Secom, bem delimitado no art. 1.º do Anexo I do Decreto n.º 11.362/2023, não está servir de dublê de analista político nem tampouco atuar como *ombudsman* do jornalismo profissional.

Contudo, se o chefe da Secom deseja ensinar como a imprensa deve realizar o seu trabalho e especular sobre quais seriam seus objetivos ao publicar informações de interesse público, que então peça exoneração do cargo, reassuma seu mandato de deputado federal e ocupe a tribuna da Câmara para vocalizar suas aleivosias num local mais apropriado. Naturalmente, nada disso vai acontecer. O ministro Paulo Pimenta, e não só ele, conta com a benevolência de seu chefe diante dessa extrapolação de atribuições. O País atravessa uma preocupante fase em que noções como republicanism, impessoalidade na administração pública e papéis e responsabilidades de servidores parecem ter se tornado obsoletas.

Só uma mente muito fértil ou mal-intencionada, daquelas suscetíveis às teorias da conspiração, é capaz de conceber a ideia de que, de tempos em tempos, haveria uma grande articula-

ção a portas fechadas entre veículos jornalísticos com o único propósito de desestabilizar um governo, seja qual for. Ora, se a imprensa independente age em “sincronia e articulação” nas críticas pontuais à retomada dos investimentos na Refinaria Abreu e Lima, isso não é outra coisa senão um sinal inequívoco de que jornalistas dignos da profissão têm memória e essa imprensa está cumprindo sua função primordial de ser guardiã da verdade factual, levando à sociedade informações de seu interesse a tempo certo.

Como a fênix, Lula pode ter renascido das cinzas para voltar à Presidência da República depois de todos os reveses políticos e jurídicos pelos quais passou nos últimos anos. Mas isso não muda os fatos nem reescreve a história do País. Seu triunfo eleitoral não tem o condão de criar uma nova “realidade”. Os erros e os crimes cometidos durante os governos de Lula e Dilma Rousseff no setor de óleo e gás, que arruinaram a Petrobras em nome de delirantes projetos desenvolvimentistas e de imperativos eleitorais e corruptos, não se apagam pela força da vontade ou do discurso do chefe da Secom.

As diatribes do ministro Paulo Pimenta, reverberadas pela presidente de seu partido, a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), são típicas de quem não se conforma em ver decisões de governo serem escrutinadas pela imprensa profissional e independente. Ou seja, de quem não nutre simpatia por um pilar fundamental da democracia. ●

Alertas de desequilíbrio fiscal

Cerca de 90% das prefeituras paulistas foram advertidas pelo Tribunal de Contas do Estado, sinal preocupante dos maiores PIBs para o País e seus mais de 5 mil municípios

A lgo está muito errado quando quase 90% dos 644 municípios paulistas recebem do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP) alertas de desequilíbrio fiscal e indícios de irregularidades na gestão orçamentária, como foi relatado em recente reportagem do *Estadão* sobre as contas de 2023. O quadro parece ainda pior quando se constata que, das oito cidades onde foram identificados os maiores níveis de comprometimento da receita com despesas correntes, seis estão na lista das dez maiores economias de São Paulo, o Estado mais rico do País.

E como nada é tão ruim que não possa piorar, o portal do TCE-SP mostra que essa é uma situação recorrente. Das 567 prefeituras que apresentavam indícios de irregularidades em relação ao

cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de acordo com o relatório bimestral divulgado em dezembro do ano passado, 556 eram reincidentes. Somente 11 municípios, ou seja, menos de 2% do total, estavam em situação regular, sem necessidade de publicação de nenhum alerta.

Ora, mesmo considerando que obrigações constitucionais, como as despesas obrigatórias com Saúde e Educação, muitas vezes engessam os já escassos orçamentos municipais, é inequívoco o sinal emitido pelo TCE-SP de que há uma dificuldade grave e generalizada de administração nas prefeituras paulistas. Não são poucas as cidades que receberam, ao longo de 2023, mais de 20 avisos e encontram-se em alerta vermelho.

Com 99,33% de suas receitas comprometidas com despesas correntes, São Jo-

sé dos Campos, que figura em primeiro lugar na lista de cidades em situação irregular, é uma dessas cidades. O município tem o nono maior PIB entre as cidades paulistas e, no entanto, recebeu 20 avisos, ao longo do ano passado, de que o comprometimento da receita com despesas correntes havia passado de 85%.

O caso é apenas um exemplo a ilustrar a situação preocupante dos entes subnacionais. Poderia ser citado Guarulhos, o terceiro maior PIB paulistano (atrás somente da capital e de Osasco), que também foi advertido sobre irregularidades. Por isso é plausível deduzir que, se a conjuntura atual é essa em cidades relativamente abastadas, a situação deve estar bem pior na maioria dos municípios brasileiros, boa parte dos quais incapaz de andar com as próprias pernas.

O bom senso não permite imaginar que a quase totalidade das cidades paulistas esteja a ponto de ter suas contas reprovadas e de ver seus prefeitos acusados de improbidade administrativa e crime de responsabilidade, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas o quadro não permite condescendência, especialmente quando se recorda que um dos fatores que mais pesaram na alta inflacionária dos anos 80 foi justamente a precariedade das contas estaduais.

Em vigor desde 2000, criada justamente para ajudar a disciplinar a administração de recursos públicos e man-

ter a estabilidade da economia duramente conquistada, a Lei de Responsabilidade Fiscal obriga os Tribunais de Contas a emitirem periodicamente relatórios com alertas específicos quando verificadas situações que possam levar a desequilíbrios, tais como descumprimento de metas fiscais, gasto excessivo com pessoal e comprometimento financeiro inadequado.

Uma boa política fiscal é aquela que, ao final das contas, consegue equilibrar minimamente gastos e arrecadação e que contribui para reduzir desigualdades econômicas entre setores e entre cidadãos. A estabilidade conduzida por uma gestão fiscal eficiente, além de controlar a inflação, protege contra a recessão e o desemprego. O exemplo fiscal deve vir de cima, do governo federal, e se espalhar pelos demais entes federativos.

Não é o que o País vem presenciando. União, Estados e municípios fletam perigosamente com práticas sabidamente reprováveis, como o aumento imprudente de despesas. Ou, de outro lado, apelando a medidas populistas que contribuem para esvaziar os cofres públicos.

Em que pesem as questões particulares de cada município, não há como encerrar situações em que o déficit fiscal se espalha de forma indiscriminada por administrações tão distintas sem considerar que há um problema estrutural que pede solução duradoura. ●